

Um olhar sobre a educação financeira em documentos que norteiam o trabalho pedagógico de duas escolas públicas do Paraná

A look at financial education in documents that guide the pedagogical work of two public schools in Paraná

Una mirada a la educación financiera en documentos que orientan el trabajo pedagógico de dos escuelas públicas de Paraná

Daiany dos Reis Santana

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação Básica, Jacarezinho, Paraná, Brasil
daianyreis84@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4610-2921>

Jonis Jecks Nervis

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação Básica, Jacarezinho, Paraná, Brasil
jonisjn@uenp.edu.br | <https://orcid.org/0000-0003-3651-2975>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar como a educação financeira é abordada na Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular do Paraná e no Projeto Político Pedagógico de duas instituições estaduais de ensino, localizadas no Norte do Paraná. A pesquisa qualitativa utilizou a análise documental dos referidos textos, que norteiam o currículo do sistema de ensino nacional, estadual e institucional. Constata a relevância da educação financeira ser tratada como uma habilidade que compõe as aprendizagens essenciais no currículo, embora ainda seja pouco o que os Projetos Político Pedagógicos analisados trazem para ser desenvolvido sobre o tema, seja em projetos ou ações que as escolas realizam.

Palavras-chave: Educação financeira. Base Nacional Comum Curricular. Referencial Curricular do Paraná. Projeto Político Pedagógico. Educação Básica.

Abstract

This work aims to identify how financial education is approached in the Common National Curriculum Base, in Paraná Curriculum Reference and in the Pedagogical Political Project of two state educational institutions, located in the North of Paraná. The qualitative research used the documentary analysis of these texts, which guide the curriculum of the education system at national, state and institutional levels. Notes the relevance of financial education to be treated as a skill that composes the essential learning in the curriculum, although there is still little that the Political Pedagogical Projects analyzed bring to be developed on the theme, in educational actions that schools perform during the school year.

Keywords: Financial education. Common National Curriculum Base. Curricular Reference of Paraná. Pedagogical Political Project. Basic education.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo identificar cómo se aborda la educación financiera en la Base Curricular Nacional Común, en el Marco Curricular de Paraná y en el Proyecto Político Pedagógico de dos instituciones educativas estatales, ubicadas en el Norte de Paraná. La investigación cualitativa utilizó el análisis

Artigo recebido em: 20/05/2021 | Aprovado em: 13/03/2022 | Publicado em: 20/05/2022

Como citar:

SANTANA, Daiany dos Reis; NERVIS, Jonis Jecks. Um olhar sobre a educação financeira em documentos que norteiam o trabalho pedagógico de duas escolas públicas do Paraná. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 12, n. 1, p. 1-15, e34344, jan./jun. 2022. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2022.v12.34344>.

documental de esos textos, que orientan el currículo del sistema educativo a nivel nacional, estatal e institucional. Señala la relevancia de la educación financiera para ser tratada como una habilidad que compone los aprendizajes esenciales en el currículo, aunque aún es poco lo que los Proyectos Político Pedagógicos analizados aportan para ser desarrollados sobre el tema, en las acciones educativas que las escuelas realizan durante el año escolar.

Palabras clave: Educación financiera. Base de currículo nacional común. Referencia Curricular de Paraná. Proyecto Político Pedagógico. Educación básica.

1 Introdução

A educação financeira é um tema que se mostra cada vez mais necessário de ser difundido. Seja para atividades de consumo ou de investimento, ser educado financeiramente colabora para a construção de relações financeiras mais bem pensadas. Isto é o que afirma a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressaltando que a educação financeira desenvolve nos consumidores ou investidores a compreensão de conceitos, oportunidades e riscos financeiros, através de informações e instruções que sejam capazes de promover habilidades que levam a escolhas fundamentadas e decisões conscientes, propiciando bem-estar à vida financeira. (OCDE, 2005).

Esta compreensão é defendida por El Khatib (2010), que enfatiza que a educação financeira pode ser compreendida como a capacidade que os indivíduos apresentam para tomar decisões na administração de suas finanças, levando em conta orientações e esclarecimentos que favoreçam sua relação com o dinheiro, compreendendo seus direitos e responsabilidades e avaliando os impactos que as questões financeiras podem trazer para si ou sua família.

Corroborando com esta visão, Amuri (2017) sustenta que a relação das pessoas com o dinheiro se liga a vários aspectos da vida e entender como se configura tal relação se torna uma necessidade à medida que ele é uma ferramenta de apoio aos objetivos que se pretendem alcançar. O autor ainda afirma que o dinheiro pode assumir três facetas em nossa vida, que podem ser: de entrave, quando a sua ausência ou o excesso de acúmulo impedem que o indivíduo realize algo; de catapulta, quando exerce a função de potencializar as ações, abrindo caminhos para oportunidades; de corrimão, quando serve de suporte para se fazer escolhas utilizando de inteligência financeira.

No Brasil, a disseminação da educação financeira na sociedade e nas escolas é tratada com a iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada através do Decreto Federal 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal 10.393/2020, apresentando como objetivo fortalecer a cidadania através do apoio às ações de informação, orientação e formação, que promovam conhecimentos capazes de guiar **para** decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Compreender se a educação financeira está presente nos currículos escolares, requer direcionar-se para documentos que orientam o trabalho pedagógico e as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas aos estudantes da Educação Básica. Deste modo, o presente estudo, de abordagem qualitativa, foi desenvolvido a partir de análise documental, utilizando a Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), o Referencial Curricular do Paraná (RCP) e os Projetos Político Pedagógicos (PPP) de duas instituições estaduais de ensino, localizadas no Norte do Paraná.

Diante do exposto e tendo a clareza de que os conhecimentos que se referem as questões financeiras se fazem cada vez mais necessários de serem debatidos no processo educativo, coloca-se a necessidade de compreender como o assunto está sendo trazido em documentos que norteiam o currículo e a prática pedagógica das escolas. Essa investigação poderá ser útil para diagnosticar a situação nessas instituições de ensino, trazendo informações que visam favorecer a disseminação da educação financeira no espaço escolar. Assim, coloca-se a problemática de pesquisa: Como a educação financeira é abordada em documentos que norteiam o trabalho educativo de duas escolas públicas do Paraná?

O presente estudo tem por objetivo discutir como a educação financeira é abordada na BNCC, no RCP e nos PPP de duas escolas estaduais do Paraná, localizadas em um município do Norte do estado. Limita-se o estudo aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os PPP analisados são do ano de 2020 e para os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentam a adequação à BNCC e ao RCP.

2 Os procedimentos da análise documental

O estudo desenvolveu-se a partir da análise da BNCC, do RCP e dos PPP de dois estabelecimentos de ensino localizados em um município do Norte do Paraná, sendo as duas instituições estaduais e com realidades semelhantes. Buscou-se identificar como a educação financeira é abordada nos documentos citados, seja na disciplina de Matemática ou em outras áreas de conhecimento, considerando a perspectiva interdisciplinar que o assunto em questão pode assumir.

Optou-se por tais documentos, tendo em vista que eles são orientadores do sistema de ensino, fornecendo os direcionamentos que devem ser seguidos pelas propostas curriculares e pelo trabalho educativo que se busca desenvolver nas escolas. A BNCC normatiza o currículo nacional e o RCP direciona o currículo do estado, norteando o trabalho pedagógico das escolas, que é amparado pelo PPP de cada instituição de ensino. Assim, o estudo faz uma análise documental, trazendo os preceitos curriculares que se referem ao tema educação financeira, partindo do âmbito nacional e direcionando à realidade estadual e institucional, aplicada às duas realidades escolares.

Desta maneira, o estudo se enquadra como sendo de abordagem qualitativa. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa pode ser conduzida por diferentes caminhos, sendo a pesquisa documental um tipo de direcionamento bastante conhecido, já que se ocupa de examinar materiais diversos, a fim de apresentar argumentações novas ou mesmo complementares para os dados levantados.

Lüdke e André (1986) esclarecem que a pesquisa documental pode se constituir em procedimento de grande valor, à medida que é utilizada para complementar dados qualitativos já obtidos através de outras técnicas ou, ainda, na direção de considerar novos aspectos em uma questão de pesquisa.

Sendo assim, a partir do estudo dos textos citados na pesquisa documental, identifica-se as áreas de conhecimento em que é mencionada explícita ou implicitamente a educação financeira, bem como, os direcionamentos que os mesmos sugerem para que a apropriação dessa habilidade seja alcançada. Deste modo, o que se apresenta adiante é o resultado do que se aborda sobre o tema em questão, encontrado nos referidos documentos.

2.1 A educação financeira na Base Nacional Comum Curricular

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, assegura em seu artigo 9º, inciso IV, a incumbência da União em

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Na direção que a Lei determina, a BNCC é o documento normativo que orienta os currículos do sistema de ensino brasileiro e estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades, apontando as aprendizagens essenciais que o estudante deve desenvolver ao longo da educação básica. No caso da educação financeira, indica que este tema seja tratado na área da Matemática e que favoreça o estudo interdisciplinar. (BRASIL, 2018).

Para o Ensino Fundamental Anos Finais, na área de conhecimento em Matemática, dentro da unidade temática Números, a Base orienta que a educação financeira dos alunos aconteça com o desenvolvimento de conceitos básicos de economia e finanças, discutindo assuntos como taxa de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos. Deve-se levar em conta as dimensões culturais, sociais, políticas, psicológicas e econômicas, podendo as questões relacionadas ao consumo, trabalho e dinheiro serem abordadas de maneira interdisciplinar e produzindo contextos para as aplicações de conceitos da Matemática Financeira. (BRASIL, 2018).

Neste sentido, considerando a etapa final do Ensino Fundamental, é possível perceber que a BNCC aborda na Matemática a educação financeira de maneira explícita e em outras três áreas de conhecimento, o tema é tratado implicitamente com assuntos como o consumo, por exemplo.

O quadro a seguir traz dados obtidos na BNCC, em que na primeira coluna constam as áreas de conhecimento, na segunda coluna identifica-se os componentes curriculares e o ano escolar e na última coluna algumas habilidades que carecem de serem desenvolvidas e que contemplam o tema da pesquisa.

Quadro 1: Habilidades na BNCC relacionadas à educação financeira nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Área de Conhecimento	Componente Curricular/ Ano Escolar	Habilidade
Matemática	Matemática/6º Ano	(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira , entre outros.
	Matemática/7º Ano	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira , entre outros.
	Matemática/9º Ano	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira .
Linguagens	Língua Portuguesa/ 6º ao 9º Anos	(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes .
	Língua Inglesa/6º ano	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Ciências da Natureza	Ciências/8º Ano	(EF08CI04) Calcular o consumo de eletrodomésticos a partir dos dados de potência (descritos no próprio equipamento) e tempo médio de uso para avaliar o impacto de cada equipamento no consumo doméstico mensal .
	Ciências/9º Ano	(EF08CI05) Propor ações coletivas para otimizar o uso de energia elétrica em sua escola e/ou comunidade, com base na seleção de equipamentos segundo critérios de sustentabilidade (consumo de energia e eficiência energética) e hábitos de consumo responsável . (EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas .
Ciências Humanas	Geografia/7º Ano	(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.
	Geografia/9º Ano	(EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021 (grifos nossos).

Observando o quadro 1, nota-se que em Matemática a educação financeira é citada em três dos quatro anos da etapa final do Ensino Fundamental. Neste componente, no 8º ano não foi encontrada dentre as habilidades descritas, alguma que fizesse referência ao tema em questão. Embora neste ano escolar, na unidade temática Números, nos objetos de conhecimento tenha sido localizado o assunto Porcentagens, a habilidade correspondente não menciona com clareza a educação financeira.

Nas outras áreas de conhecimento, nas habilidades elencadas enfatiza-se o assunto consumo, subentendido no estudo da educação financeira, conforme os componentes curriculares destacados. Embora no componente de História não tenha sido encontrada nenhuma habilidade que se relacionasse ao tema, no texto introdutório de Matemática, a BNCC assim coloca:

É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing (BRASIL, 2018, p. 269).

Ao analisar ainda o mesmo quadro, percebe-se que a normativa inclui o tema educação financeira de diversas maneiras, favorecendo vários contextos para ser explorado, o que pode representar avanços para a formação em aprender a lidar com as questões financeiras e as decisões que as cercam.

O mesmo documento ainda instrui que, no nível do Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem ampliar os conhecimentos desenvolvidos na etapa anterior, agregando novos saberes capazes de proporcionar maior reflexão e abstração, integrando o componente curricular às demais áreas do conhecimento e à realidade. Apresenta em cinco competências específicas, as habilidades que devem ser desenvolvidas durante o percurso desta etapa, assegurando o ensino da Matemática e suas Tecnologias a diversos contextos, contribuindo, desta maneira, para uma formação geral (BRASIL, 2018).

Além de Matemática e suas Tecnologias, outras três áreas de conhecimento compõem a etapa do Ensino Médio, visando garantir as aprendizagens essenciais, a saber: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2018).

No quadro 2, é possível observar a educação financeira presente nas quatro áreas, sendo tratada de forma explícita na Matemática do que nas demais áreas. Assim, na primeira coluna é apresentada a área de conhecimento e na seguinte o código da competência específica. Já a última coluna se ocupa em trazer as habilidades que se buscam desenvolver, de acordo com cada área de conhecimento.

Quadro 2: Habilidades na BNCC que tratam da educação financeira no Ensino Médio

Área de Conhecimento	Código da competência específica	Habilidade
Matemática e suas Tecnologias	1	(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação , entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.
	2	(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar , simuladores de cálculos de juros simples e compostos , entre outros), para tomar decisões .
	3	(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos , por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.
	3	(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira , entre outros.
	3	(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira , entre outros.
	5	(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais.
Linguagens e suas Tecnologias	3	(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global .
	3	(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1	(EM13CNT106) Avaliar, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, tecnologias e possíveis soluções para as demandas que envolvem a geração, o transporte, a distribuição e o consumo de energia elétrica , considerando a disponibilidade de recursos, a eficiência energética, a relação custo/benefício , as características geográficas e ambientais, a produção de resíduos e os impactos socioambientais e culturais.
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	3	(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que

		promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável .
	3	(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis .
	3	(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável .

Fonte: elaborado pelos autores, 2021 (grifos nossos).

Verificando as informações do quadro 2, percebe-se que para a área de Matemática e suas Tecnologias, das cinco competências específicas, em quatro delas, a educação financeira é abordada, quando trata de conceitos como taxas de inflação, controle de orçamento familiar, cálculos de juros simples ou compostos e contextos de Matemática Financeira. Tais saberes, quando analisados do ponto de vista da organização curricular trazidos pela Base, estão inseridos na unidade temática Números e Álgebra. Nas demais áreas de conhecimento, o tema é abordado de maneira indireta, quando se refere ao desenvolvimento do consumo responsável e consciente, levando a refletir decisões que trazem impactos socioambientais entre outros.

A normativa coloca que as competências específicas formam um todo conectado e não têm uma ordem preestabelecida, podendo o desenvolvimento de uma competência recorrer à compreensão de outras. Nota-se que no Ensino Médio as habilidades não são divididas por ano escolar. De acordo com o documento, a não indicação de seriação possibilita flexibilizar a definição de cada escola quanto ao currículo e à proposta pedagógica. (BRASIL, 2018).

2.2 A educação financeira no Referencial Curricular do Paraná e nos Projetos Político-Pedagógicos de duas escolas

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, apresenta uma relação entre as competências comuns e os conhecimentos que consideram as especificidades regionais a serem consideradas na organização curricular, assim definindo em seu artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, s/n).

O Paraná, atendendo a legislação e o caráter normativo da BNCC, considerando a realidade educacional do estado, iniciou a reelaboração de seu currículo no ano de 2018, com o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Assim, este é um documento de caráter legal e normativo, que orienta a rede de ensino estadual, municipal e privada, atendendo as diferentes modalidades da Educação Básica. Traz à realidade paranaense

discussões sobre os princípios e direitos fundamentais que se referem ao currículo (PARANÁ, 2018).

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes (PARANÁ, 2018, p. 3).

Com a publicação do Referencial, no ano de 2019, as Propostas Pedagógicas das escolas e os Projetos Político-Pedagógicos tiveram que passar por reformulação, além de orientações às escolas e a formação continuada dos professores, visando viabilizar a efetivação dos currículos no ano de 2020, atendendo os direcionamentos trazidos na normativa estadual. O documento não aborda a modalidade Ensino Médio, visto que este nível se encontra em fase de discussão e análise. (PARANÁ, 2018).

E no âmbito dessas mudanças nas propostas curriculares, o PPP também deve ser objeto de análise, pois é o documento que orienta o trabalho pedagógico das escolas. O PPP é conceituado por Veiga (1995) como sendo a organização do trabalho pedagógico, sendo construído e vivenciado por aqueles que estão envolvidos com o processo educativo da escola, a partir de uma ação intencional e com compromissos assumidos coletivamente. A dimensão política se expressa no sentido de formar cidadãos para um tipo de sociedade e a pedagógica se revela nas ações educativas das escolas para cumprirem os propósitos e intenções nele assegurados.

Nesta perspectiva, analisar o PPP de dois colégios públicos do Estado do Paraná, buscando identificar como a educação financeira é abordada, seja em projetos que as instituições desenvolvem ou na Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do componente de Matemática e dos demais componentes curriculares que compõem as áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio, direciona a compreender o modo como o tema está sendo tratado neste documento, que ampara a organização escolar.

Os PPP aqui analisados são do ano de 2020 e todos os anos os documentos de cada estabelecimento de ensino passam por revisão. Deste modo, tanto a BNCC quanto o RCP para o Ensino Fundamental, são norteadores dos direcionamentos da PPC anexa ao PPP das duas instituições escolares.

Optou-se por não citar os nomes dos dois colégios que cederam seus documentos para a pesquisa. Assim, as referidas instituições, são mencionadas neste estudo como Colégio A e Colégio B. Destaca-se que as escolas envolvidas na pesquisa pertencem ao mesmo município, localizado no Norte do Paraná.

O Colégio A é uma instituição estadual e atende o Ensino Fundamental Anos Finais, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Localiza-se em região periférica do município e as famílias atendidas, geralmente, possuem poucos recursos financeiros, sendo que, boa parte delas recorrem a programas ofertados pelo governo para complementação de renda e atribuem à escola um caráter assistencial. O horário de atendimento à comunidade escolar é realizado em três turnos: matutino, vespertino e noturno (PPP, 2020a).

O Colégio B também é uma instituição estadual, atende nos três turnos e localiza-se em área periférica do município. É composto por grande parte de alunos carentes, tanto em aspectos financeiros quanto emocionais, sendo a maioria das famílias inseridas em programas de transferência de renda. Oferece o Ensino Fundamental Anos Finais, o Ensino Médio, o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e a EJA (PPP, 2020b).

Ao examinar os documentos de ambas as instituições, observa-se que seguem a mesma estrutura de organização dos dados. Há semelhanças em como as informações estão distribuídas, apresentando primeiramente, os elementos situacionais, que informam a caracterização do atendimento nas instituições, o perfil das comunidades escolares, a estrutura física e pedagógica, os recursos humanos, as instâncias colegiadas e articulação entre os profissionais da educação e estudantes, formação continuada dos profissionais da educação, indicadores educacionais, bem como a organização pedagógica à execução do trabalho educativo.

Em seguida, os elementos conceituais que trazem concepções de termos que precisam ser considerados no processo formativo, tais como: educação, sociedade, cidadania, formação humana, cultura, trabalho, currículo, tecnologia, aprendizagem, educação inclusiva, avaliação, entre outros, assim como as competências gerais da Educação Básica, pautando-se nos apontamentos da BNCC, do RCP e demais legislações e orientações vigentes.

Por último, os elementos operacionais, que tratam do Plano de Ação, que é um documento construído coletivamente pelos profissionais da educação de cada instituição e elencam ações que devem ser desenvolvidas durante o ano letivo e a PPC de cada componente curricular, que orienta a execução do currículo em cada área.

Como principais diferenças entre os dois textos, estão as informações que tratam das particularidades de cada instituição, relacionadas às características da comunidade escolar; as modalidades de ensino atendidas e os projetos que cada escola desenvolve. As PPC do Ensino Fundamental dos dois documentos são semelhantes, uma vez que as mesmas passaram por reelaboração conjunta, já que no ano de 2018 houve a finalização do RCP para o Ensino Fundamental (PPP, 2020).

Veiga (1995) enfatiza que o currículo está entre os elementos básicos que devem ser apontados no PPP, visando a organização do trabalho escolar. Para a autora, é necessário que, ao considerar a organização curricular, leve-se em conta quatro pontos: compreender que o currículo não é neutro, pois manifesta uma cultura; ele não pode ser separado do contexto social; deve ultrapassar a organização fragmentada dos saberes, relacionando às disciplinas a uma visão integradora; deve-se ter a clareza do controle social que ele exerce, para estar orientado aos fins emancipatórios.

Na direção de pensar o currículo para as realidades das escolas que tiveram seus PPP analisados, o Quadro 3 apresenta o quais as PPC que trazem o tema educação financeira, seja implícita ou explicitamente, visando garantir as aprendizagens essenciais de suas respectivas áreas aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Deste modo, na primeira coluna destaca-se a área de conhecimento,

na segunda o componente curricular e na terceira coluna o ano escolar em que se aplica.

Quadro 3: Educação Financeira nas PPCs do Ensino Fundamental

Área de Conhecimento	Componente Curricular	Ano Escolar
Matemática	Matemática	6º ano
	Matemática	7º Ano
	Matemática	9º Ano
Ciências da Natureza	Ciências	8º Ano
	Ciências	9º Ano
Ciências Humanas	Geografia	7º Ano
	Geografia	9º Ano
Linguagens	Língua Portuguesa	6º ao 9º Anos
	Língua Inglesa	6º ano

Fonte: elaborado pelos autores, 2021 (grifos nossos).

Ao analisar o quadro, verifica-se que a educação financeira, em Matemática, é citada em três dos quatro anos finais do Ensino Fundamental. Nas demais áreas de conhecimento, o tema também é subentendido nos objetivos de aprendizagem previstos para cada ano escolar.

As PPC retratam fielmente os objetivos de aprendizagem descritos no RCP. O Referencial apresenta a ampliação e desdobramento das habilidades que são trazidas na BNCC e os objetivos de aprendizagem representam as divisões dos conteúdos básicos essenciais para cada ano escolar, indicados nos objetos de conhecimento.

Ao considerar que a educação financeira está presente em quatro das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental, fica evidente ser favorável desenvolver projetos interdisciplinares que ampliem reflexões sobre o tema. A educação financeira pode possibilitar, por exemplo, que se faça uma leitura sobre questões que estão presentes na realidade das comunidades escolares, reforçando a importância de desenvolver ações voltadas a esta temática. El Khatib (2010) pontua que, ao estabelecer melhores relações com o dinheiro, consegue-se usufruir de seus benefícios e indica a importância das novas gerações serem educadas financeiramente pela família e pela escola.

Com relação ao Ensino Médio, as PPC ainda não trazem as adequações à normatização da BNCC, visto que o RCP para o Ensino Médio está em processo de construção. Desta maneira, a reelaboração das propostas curriculares está atrelada à conclusão do Referencial. Assim, nesta etapa de ensino, verifica-se que o termo educação financeiro não consta na proposta de Matemática e também em nenhuma outra disciplina. Porém, nos conteúdos estruturantes Tratamento da Informação, foi identificado o conteúdo Matemática Financeira, tendo propósito de desenvolver compreensões da Matemática Financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana.

Revisando o Plano de Ação e outros anexos de projetos que as duas instituições desenvolvem, não foram identificadas ações que se dedicam a promover a educação financeira, seja na área de Matemática ou nas demais áreas de conhecimento.

3 Considerações finais

Realizar a pesquisa documental buscando identificar como a educação financeira é abordada na BNCC, no RCP e nos PPP de dois colégios, possibilitou investigar em uma perspectiva nacional, estadual e institucional os documentos que orientam o currículo do sistema de ensino, explorando o que os textos abordam e evidenciando a necessidade de disseminar a educação financeira nas escolas de educação básica, especialmente de instituições públicas.

A diversidade das modalidades de ensino atendidas nas escolas públicas, somadas aos estudantes e suas famílias que, geralmente, contam com poucos recursos financeiros, favorecem construir aprendizados que se relacionam a contextos diversos e que estão ligados à realidade, propiciando conhecimentos que podem levar a construir uma relação mais consciente e saudável com o uso do dinheiro.

A análise do PPP de duas instituições de ensino permitiu entender a estruturação desse documento e a sua importância, tanto para conhecer as características da comunidade escolar, quanto para orientar todo o trabalho educativo desenvolvido nas instituições de ensino, a partir de informações que expressam o coletivo escolar.

Embora a educação financeira esteja relacionada a diversos contextos, percebe-se na análise dos documentos que o desenvolvimento do tema é claramente atribuído a área da Matemática. Às demais áreas de conhecimento, a educação financeira fica atrelada ao consumo responsável e consciente.

Evidencia-se a necessidade de refletir o tema em uma perspectiva interdisciplinar, visto que as discussões que envolvem o uso consciente do dinheiro e seus desdobramentos podem perpassar todas as áreas de conhecimento. No entanto, não foram encontrados nos PPP ações pedagógicas descritas que demonstrassem o desenvolvimento de trabalhos atendendo a esse fim.

Considerando os efeitos positivos que os conhecimentos em educação financeira podem propiciar aos indivíduos, a abordagem deste assunto na BNCC significa um avanço, pois favorece que aconteçam orientações capazes de auxiliar a relação que as pessoas constroem com o dinheiro. O RCP quando se refere ao tema, caminha na mesma direção da normatização federal, trazendo a educação financeira como um conteúdo a ser contemplado na área de Matemática, nos diversos contextos em que se aplica e em outras três áreas de conhecimento, com menos ênfase.

Nos PPP não foram encontradas práticas ou projetos voltados à educação financeira. Ao compreender que o PPP expressa a organização do trabalho educativo desenvolvido nas escolas e ao reconhecer a relevância desta temática como uma habilidade que favorece o planejamento das finanças e o uso consciente do dinheiro, percebe-se que ainda é pouco o que os documentos de ambas as instituições escolares trazem para que seja desenvolvido sobre tal assunto.

Esta investigação possibilitou diagnosticar a situação da educação financeira nas instituições de ensino aqui abordadas, a partir da pesquisa documental realizada. Esse diagnóstico, além de permitir visualizar a situação de como o tema está sendo tratado nos documentos elencados, também pode servir como direcionamento para a busca de melhorias ao que se propõe sobre tal conteúdo no espaço escolar. É preciso considerar que o conhecimento financeiro visa proporcionar no âmbito pessoal e social a consciência dos riscos e das oportunidades que existem e, com isso, incentivar que as escolas promovam uma educação financeira mais efetiva.

Agradecimentos

Agradecemos à direção e equipe pedagógica das duas instituições de ensino, que prontamente, cederam os PPP para a análise documental que consta neste trabalho.

Referências

AMURI, Eduardo. **Dinheiro sem medo**: práticas financeiras para quem está começando a construir seu próprio caminho. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto 7.397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em 18 jan. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC, CONSED, UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto 10.393**, de 9 de junho de 2020. Dispõe sobre a instituição da nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 18 jan. 2021.

EL KHATIB, Ahmed Sameer. **Educação financeira**: aprenda a cuidar melhor do seu dinheiro. São Paulo: All Print, 2010.

GODOY, Arilda Smith. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio-jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**: princípios, direitos e orientações. Curitiba: SEED/DEB, 2018. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

PPP. **Projeto Político Pedagógico, 2020**. Colégio Estadual A – EFM. 2020.

PPP. **Projeto Político Pedagógico, 2020**. Colégio Estadual B – EFM. 2020.

QUEM SOMOS. In: **ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 11-35.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Daiany dos Reis Santana; Jonis Jécks Nervis.

Coleta de dados: Daiany dos Reis Santana; Jonis Jécks Nervis.

Análise de dados: Daiany dos Reis Santana; Jonis Jécks Nervis.

Discussão dos resultados: Daiany dos Reis Santana; Jonis Jécks Nervis.

Revisão e aprovação: Daiany dos Reis Santana; Jonis Jécks Nervis.

Preprint, originalidade e ineditismo

Uma versão preliminar deste artigo está publicado em: <https://semdepesquisapped.wixsite.com/anais>. v. 2, p. 45-49, 2021.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Frederico Braidá; Liamara Scortegagna; Wagner Silveira Rezende.

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Daiany dos Reis Santana

Graduada em Licenciatura em Matemática (FAFIJA); em Pedagogia (FAPI) e em Serviço Social (UNESA). Especialista em Ensino de Matemática (UTFPR); em Gestão Educacional (UEPG) e Educação Especial Inclusiva (FSB). Mestre em Educação (UENP Jacarezinho). Professora de Matemática e Pedagoga da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7455178082791842>

Jonis Jecks Nervis

Graduado em Matemática (UTFPR). Especialista em Estatística (UEL). Mestre em Engenharia de Produção (UNESP Bauru). Doutor em Energia na Agricultura (UNESP Botucatu). Professor do Departamento de Matemática da Universidade Estadual do Norte do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd/UENP). Líder do Grupo de Pesquisa em Matemática e Ensino de Ciências GPMEC.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6264346791195609>